Informativo

PHMP.COM.BR | ABRIL | 2021

PROJETO DE LEI PARA REGULAR O TRUST NO BRASIL

Tramita na Câmara dos Deputados o PL nº 4.758 para regulamentar a natureza civil do trust que, embora sem amparo legal no Brasil, vem sendo utilizado principalmente nos planejamentos sucessórios. O trust consiste num contrato privado em que a pessoa (settlor) transfere a propriedade dos seus bens (total ou parcial) para outra pessoa (trustee), que assume a obrigação de administrá-los em benefício do contratante ou de pessoas por ele indicadas. No mercado internacional, esta administração está nas mãos de instituições financeiras e empresas especializadas em gestão de patrimônio. A finalidade é a de proteger o patrimônio às diversas situações e garantir o futuro dos beneficiários - por vezes sem perfil para gerir os negócios, sendo conveniente que os bens estejam "em mãos" especializadas, com regras claras e preestabelecidas, e ainda, evitando litígios familiares. Por fim, mas não menos importante, destaca-se de que o patrimônio transferido ficará apartado das dívidas do trustee.

JUSTIÇA DO TRABALHO RECONHECE ÁUDIOS DE WHATSAPP COMO UM MEIO DE PROVA

A utilização de gravação ou registro de conversa por meio telefônico por um dos participantes, ainda que sem o conhecimento do outro, é meio lícito de prova. Esse entendimento relativo às conversas por telefone aplica-se igualmente às novas ferramentas de comunicação, tais como as mensagens e áudios enviados por WhatsApp, de forma que não há vedação ao uso do conteúdo por um dos interlocutores como prova em processo judicial. Com essa explicação, julgadores da 6ª Turma do TRT/3 consideraram válidas como provas as mensagens trocadas por meio do WhatsApp, apresentadas por um trabalhador em ação ajuizada na Justiça do Trabalho contra a ex-empregadora. A utilização dos áudios trocados entre empregados foi contestada pela empresa, ao argumento de se tratar de prova ilícita, em face da proteção ao sigilo da correspondência, das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, prevista no artigo 5º, inciso XII, da Constituição. No entanto, o relator negou provimento ao recurso da empresa no aspecto. Para o magistrado, o artigo 5º, inciso XII, da CF, não se aplica ao caso, uma vez que o preceito constitucional se dirige à inadmissibilidade da violação do sigilo das comunicações por terceiros, estranhos ao diálogo, o que não é o caso dos autos, já que o reclamante era um dos interlocutores da conversa. O reclamante havia apresentado os áudios para provar a existência de assédio moral, pleiteando indenização, determinada pelo juízo de primeiro grau. No entanto, quanto ao conteúdo dos áudios, o relator entendeu que as conversas nada revelaram que pudesse ensejar a condenação da empresa por danos morais. O relator reconheceu que, entre os áudios apresentados, houve o emprego de termos de baixo calão durante a troca de mensagens entre os empregados. Porém, o magistrado entendeu que não continham ofensas ou agressão ao reclamante nem evidenciavam constrangimento. No caso dos autos, ainda que a pessoa apontada como empregado da reclamada tenha enviado áudio com algumas palavras chulas, o contexto não indica insulto ou humilhação nem agressividade, e sim expressão de descontentamento com uma situação no trabalho. Para o desembargador, apesar de "certa falta de cortesia" identificada na fala não ser a mais apropriada para o ambiente profissional, provoca, no máximo, mero aborrecimento pelo empregado, e não efetiva violação aos direitos da personalidade, pelo que o recurso foi provido à unanimidade para afastar a condenação imposta. Fonte: Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região Minas Gerais, 30.03.2021

STJ DECIDE QUE É OBRIGATÓRIA A TRANSFERÊNCIA DA PROPRIEDADE NA ENTREGA DE VEÍCULO PARA REVENDA

É uma situação bastante comum e rotineira que o comprador de um veículo novo ou mesmo usado, dê seu próprio veículo como parte do pagamento, assinando apenas uma procuração para que a concessionária ou revenda de veículos, proceda com os trâmites necessários à futura transferência no momento da revenda. O STJ, no entanto, afirmou que tal prática é ilegal e, na forma do artigo 123, I, do CTb, mesmo nos casos de revenda, deve ocorrer a transferência imediata da propriedade, com a emissão de novo CRV – Certificado de Registro de Veículo.

STF MARCA JULGAMENTO SOBRE ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, marcou para o dia 29 de abril o julgamento dos embargos de declaração do recurso extraordinário que trata do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS (RE 574.706). Em 2017, o Plenário decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo das duas contribuições, destinadas ao financiamento da seguridade social. O Supremo, agora, precisa julgar os embargos de declaração da Advocacia Geral da União (AGU), que pedem a chamada "modulação", para que a decisão só tenha efeitos após o julgamento do recurso. Fonte: Conjur

PHMP
ADVOGADOS
PIAZERA HERTEL MANSKE PACHER

Webinar
TESTAMENTO

28.04.2021 | 8h30 - 10h

As inscrições devem ser realizadas pelo site: phmp.com.br | Evento gratuito